



A resiliência comunitária como alternativa para o desenvolvimento regional em face das transformações socioecológicas nas comunidades tradicionais jalapoeiras, Tocantins

Community resilience as an alternative for regional development in the face of socio-ecological transformations in the traditional communities of Jalapão, Tocantins – Brazil

Cleiton Silva Ferreira MILAGRES^{1*}, Maria do Mar PÉREZ FRA², Ana Isabel GARCÍA ARIAS², Waldecy RODRIGUES¹

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil.

² Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Galiza, Espanha.

* E-mail de contato: cleiton.milagres@uft.edu.br

Artigo recebido em 27 de julho de 2020, versão aceita em 27 de agosto de 2021, publicado em 12 de maio de 2022.

RESUMO: O Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana, principalmente com a crescente expansão agrícola, que tem ocasionado um progressivo esgotamento dos seus recursos naturais. É nesse bioma que está o Jalapão; uma região marcada por inúmeros projetos de desenvolvimento e por uma população que tem sido constantemente beneficiária de políticas públicas. A região viu-se afetada em tempos recentes pelo estabelecimento de unidades de conservação e pelos seus atrativos turísticos, que têm alterado em muito a dinâmica socioeconômica local. Aos vetores de câmbio temos que acrescentar a existência de grandes áreas do agronegócio destinadas ao plantio de soja. Este trabalho tem por objetivo compreender as adaptações da comunidade jalapoeira dos municípios de Mateiros e São Félix do Tocantins a este contexto desde a perspectiva do conceito de resiliência: como esta se manteve para se adaptar diante das adversidades que impactaram seus recursos comunitários e seu modo de vida no sistema socioecológico do Jalapão. A pesquisa incorporou três estratégias metodológicas: a análise bibliográfica, a documental e a pesquisa de campo. A consideração do Jalapão como um sistema socioecológico permitiu a identificação das interações entre as comunidades e a natureza para comparar com as mudanças acontecidas. A capacidade adaptativa dos jalapoeiros frente aos três grandes choques – a criação das unidades de conservação, o turismo e o agronegócio – demonstraram que a identidade do jalapoeiro pode ser entendida como uma metáfora da resiliência do

sistema que passou por inúmeras transformações sociais, econômicas, ambientais e culturais. A perspectiva adotada é uma ferramenta útil frente à identificação das forças e potencialidades do sistema socioecológico e, portanto, uma forma de encontrar mecanismos para a superação das dificuldades e ajustes às transformações pertinentes para o Jalapão.

Palavras-chave: resiliência comunitária; capacidade adaptativa; desenvolvimento regional; Jalapão.

ABSTRACT: The Cerrado is the Brazilian biome that has suffered the most changes due to human occupation, mainly with the growing agricultural expansion, which has caused a progressive depletion of its natural resources. The Jalapão region is located in this biome; a region marked by countless development projects and by a population that has been constantly beneficiary of public policies. The Jalapão has been affected in recent times by the establishment of conservation units and by its tourist attractions, which have greatly altered the local socioeconomic dynamics. To the exchange vectors we must add the existence of large areas of agribusiness destined for planting soybeans. The present work aims to understand the adaptations of the jalapoeira community of the municipalities of Mateiros and São Félix do Tocantins to this context from the perspective of the concept of resilience: how it managed to adapt to the adversities that impacted its community resources and its way of life in the Jalapão socio-ecological system. The research incorporated three methodological strategies: bibliographic, documentary, and field research analysis. The consideration of Jalapão as a socio-ecological system allowed the identification of the interactions between communities and nature to compare with the changes that have taken place. The adaptive capacity of jalapoeiros in the face of three major shocks - the creation of the protected areas, tourism, and agribusiness - demonstrated that the identity of the Jalapão social community can be understood as a metaphor for the resilience of a system that has undergone numerous social, economic, environmental and cultural transformations. The perspective adopted is a useful tool to identify the strengths and potentialities of the socio-ecological system and, therefore, a way to find mechanisms for the overcome of difficulties and adjustments to the transformations relevant to Jalapão.

Keywords: community resilience; adaptive capacity; regional development; Jalapão.

1. Introdução

A relação que envolve homem-natureza necessita ser compreendida nos espaços urbanos e rurais como um ecossistema que gera reflexos no modo de vida das pessoas e que vislumbra o desenvolvimento e a viabilidade de estratégias sustentáveis. Em outras palavras, isto quer dizer que por muito tempo a natureza foi tratada como um modelo paradigmático reducionista em que o ser humano estava “fora” da natureza (como ocorreu nas ciências naturais e biológicas), ou seja, tratava-se de uma visão mecanicista em que as leis universais

determinavam esse sistema. No entanto, esse modelo encontrou limitação quando tratou-se de inserir o sistema social como parte da natureza, pois este é mais dinâmico e perpassa para além dos esforços mecanicistas, ocasionando uma interdependência entre a sociedade e o meio natural. Esse modelo foi reconhecido como paradigma ecossistêmico, em que há uma valorização das partes de forma que não seria possível explicá-las num sistema em função das suas particularidades (Capra, 1996; Christofoletti, 1999).

Nesse sentido, o “novo” sistema incorpora o ser humano como parte da natureza, constituindo um novo paradigma que envolve a interação entre

os sistemas sociais (humanidade) como os sistemas naturais (natureza). Esse jogo do ser humano como parte da natureza e vice-versa levou estudiosos a questionar a sobreposição e o entendimento de que ambos (homem/natureza) pertencem a um sistema socioecológico que intersecciona o ecológico (natureza) do social (humano), conforme a Figura 1.

Em outras palavras, para a organização *Resilience Alliance*¹, esses sistemas complexos, integrados e adaptativos nos quais os seres humanos são parte da natureza e em que interagem componentes culturais, políticos, sociais, econômicos, ecológicos e tecnológicos, são também definidos como sistemas socioecológicos.

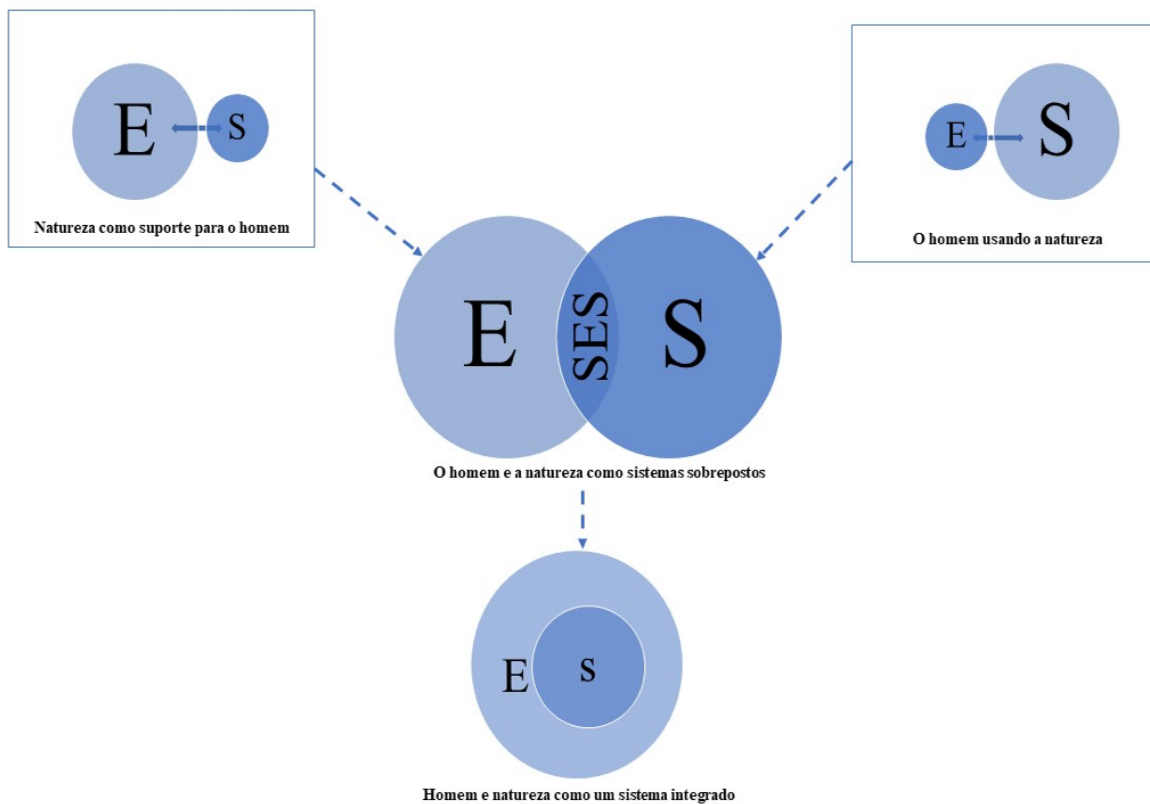


FIGURA 1 – A evolução do conceito de Sistema Socioecológico.

FONTE: Adaptado de Du Plessis (2008).

¹Fundada em 1999, a Resilience Alliance é uma organização internacional de pesquisa multidisciplinar que explora a dinâmica dos sistemas socioecológicos. Os membros da AR colaboram entre as disciplinas para promover o entendimento e a aplicação prática da resiliência, capacidade adaptativa e transformação das sociedades e ecossistemas, a fim de lidar com as mudanças e apoiar o bem-estar humano (Resilience Alliance, 2019).

Ainda que os sistemas fossem tratados como separados e vez ou outra dada uma importância maior quer seja para o Ecológico, quer seja para a Sociedade. O avanço que Du Plessis (2008) apresenta é a sobreposição entre esses dois sistemas, pensados de forma conjunta e leva a compreender que o ser humano e a natureza estão intrinsecamente interligados e que, por isso, resultam num sistema integrado, isto é, um sistema em que o ser humano está inserido com seus costumes, hábitos e comportamentos que se inter-relaciona com os extratos biofísicos onde se insere essa população humana.

Na análise de Souza *et al.* (2018), nós todos vivemos e operamos em um sistema social que está ligado ao meio ambiente, no qual os sistemas estão envoltos e nós existimos dentro deste sistema socioecológico (Walker & Salt, 2006). Com efeito, Partelow (2018) postula que o conceito de sistema socioecológico evoluiu para um campo de pesquisa focado nas ligações interdependentes entre mudanças sociais e ambientais, e como essas ligações interdependentes podem influenciar a consecução de objetivos de sustentabilidade em diferentes sistemas, níveis e escalas (Berkes & Folke, 1998; Liu *et al.*, 2007; Fischer *et al.*, 2015). A autora acrescenta ainda que a pesquisa de sistemas socioecológicos concentrou-se na compreensão de muitas dimensões do funcionamento do sistema, tornando-o um campo interdisciplinar, mas também no desenvolvimento e implementação de objetivos sociais normativos, como os relacionados à sustentabilidade (Gibson 2006; Raworth, 2012; Abson *et al.* 2014).

Vale sublinhar que os processos que envolvem mudanças de valor, normas e ação coletiva estão relacionados com a resiliência no sistema sociológico e é o exercício do aprendizado de cooperação que leva os indivíduos, frente às diferenças não só do

comportamento de cunho ecológico, mas também socioeconômico, e a um aumento da resiliência por meio de uma ação coletiva representada pelos usuários envolvidos nesse sistema (Miranda *et al.*, 2017). Nota-se, portanto, que caso não haja essa participação e envolvimento entre os usuários, pode-se entender que aumentar-se-iam as vulnerabilidades e as perturbações que afetariam os processos que legitimam a tomada de decisão coletiva.

O termo resiliência foi popularizado por Holling (1973), no contexto de busca de uma estabilidade para o ecossistema, e há agora uma literatura crítica abrangente sobre a noção de resiliência e de várias perspectivas de pesquisa (Cutter *et al.* 2008) que utilizam esse conceito. Segundo Berkes (2017), é a noção de resiliência ecológica que pode ser interpretada nos estudos de Holling; no entanto, a resiliência socioecológica não se tornou um conceito comum até os anos 2000 (Berkes & Ross, 2013), década em que a resiliência tornou-se um conceito central na ciência da sustentabilidade.

Portanto, conceituar a resiliência como uma habilidade é uma maneira útil de lidar não só com mudanças, mas também adaptação e transformação, refere o autor. Já a organização internacional *Resilience Alliance* define resiliência como a capacidade do sistema de absorver perturbações, ser modificado e depois se auto-organizar mantendo ainda assim a sua identidade, retendo a mesma estrutura básica e modo de funcionamento (Farrall, 2012).

Nesse sentido, a resiliência é uma perspectiva para analisar os sistemas socioecológicos que enfatiza a necessidade de entender e gerenciar mudanças, particularmente as inesperadas. Como outras metodologias no campo das ciências da sustentabilidade, o estudo da resiliência é fundamentalmente direcionado por problemas e integra

uma variedade de metodologias disciplinares e perspectivas para atender os consideráveis desafios da sustentabilidade, que estão atingindo a sociedade e apresentam particularidades locais (Biggs, *et al.*, 2015, p. 8). No entanto, surpreendentemente, pouco se sabe sobre até que ponto o conceito de resiliência pode ser aplicado ao desenvolvimento (Heijman, *et al.* 2007). Ou seja, embora diversas regiões estejam enfrentando mudanças rápidas e incertezas nos serviços agrícolas, florestais e paisagísticos que afetam seu futuro, pouca atenção tem sido dada à resiliência dessas áreas e de suas comunidades locais.

Por isso, consideramos importantes a abordagem do Norris *et al.* (2008), por exemplo, que elaboraram um trabalho de revisão para interpretar as inúmeras correntes dos estudos de resiliência, utilizando desde correntes que abordaram o nível do indivíduo ou da comunidade até os sistemas socioecológicos e chegaram a um total de vinte e uma formas de compreender o conceito de resiliência. E por meio desse estudo, os autores apontaram duas contextualizações consensuais entre pesquisadores:

1) a resiliência é mais uma “capacidade” ou um “processo” do que um “resultado”;

2) a resiliência está mais associada à adaptabilidade do que à estabilidade (Farrall, 2012).

Nessa linha de raciocínio, Berkes & Ross (2013) postularam que a resiliência pode ser comunitária, pois lida com relacionamentos adaptativos e de aprendizagem dos atores locais que são os verdadeiros membros da comunidade. A resiliência da comunidade é um processo que engloba uma rede de capacidades adaptativas (recursos com atributos dinâmicos) à adaptação comunitária após uma perturbação ou adversidade (Norris *et al.*, 2008).

Ademais, a resiliência da comunidade emerge de quatro conjuntos principais de capacidades adaptativas, segundo Norris *et al.* (2008):

1) Desenvolvimento econômico: quanto à equidade e distribuição de recursos na comunidade;

2) Capital social: quanto à integração social, participação cidadã e ao sentido de pertença dos atores locais com a comunidade;

3) Informação e comunicação: refere-se às narrativas em torno de uma mídia responsável e confiável quanto à comunicação na comunidade; e

4) Competência da comunidade: que trata da ação comunitária e o fortalecimento de parcerias políticas, além de uma reflexão crítica dos atores locais quanto à resolução de problemas, flexibilidade e empoderamento.

Na perspectiva desses autores, para criar uma resiliência coletiva, as comunidades deveriam reduzir as iniquidades de risco e recursos, envolver as pessoas locais no processo de mitigação, criar vínculos organizacionais, aumentar e proteger os apoios sociais e planejar, o que requer flexibilidade, habilidades de tomada de decisão e fontes confiáveis de informações que funcionam em face de incógnitas (Norris *et al.*, 2008).

Apesar dos inúmeros trabalhos que apontam para o conceito de resiliência e de uma terminologia variada (Exterckoter, 2016), neste artigo, adotaremos o conceito de Magis (2010), que defende que as comunidades são capazes de adaptar-se e transformar-se mediante situações de choques, crises e perturbações. Segundo a autora, as comunidades podem desenvolver a resiliência construindo e engajando ativamente a capacidade dos atores locais de prosperar em um ambiente caracterizado por

mudanças, e que a resiliência da comunidade é um importante indicador de sustentabilidade social.

Para Magis (2010), a resiliência da comunidade está na existência, desenvolvimento e engajamento dos recursos pelos membros da comunidade em um ambiente caracterizado por mudança, incerteza, imprevisibilidade e surpresa. Neste caso, as contribuições metodológicas do seu estudo estão propostas em oito dimensões de resiliência comunitária, que são métricas que podem ser testadas para medir os níveis de resiliência de uma comunidade, são elas:

- 1) Recursos comunitários;
- 2) Desenvolvimento de recursos comunitários;
- 3) Engajamento dos recursos comunitários;
- 4) Agentes ativos;
- 5) Ação coletiva;
- 6) Ação estratégica;
- 7) Capital próprio; e
- 8) Impacto.

Compreendendo o Jalapão como um sistema socioecológico, adota-se a perspectiva da resiliência comunitária para uma melhor interpretação da adaptabilidade e das transformações que ocorreram na trajetória dos atores locais, a partir deste constructo que envolveu as oito dimensões elaboradas por Magis (2010). Acredita-se que ao considerar a capacidade de resiliência da comunidade como influência e alternativa para fortalecer e promover o desenvolvimento de uma região quanto aos seus aspectos sociais, esta capacidade que a comunidade manifesta contribui para lidar com as tensões e os distúrbios externos que são resultantes de mudanças sociais, políticas e ambientais (Adger, 2000).

No caso do Jalapão, além de todas essas

questões, a disputa territorial que envolve as áreas protegidas ganhou notoriedade com o reconhecimento, em 2005, das comunidades quilombolas cujas áreas foram sobrepostas pelas unidades de conservação – situação que permanece até hoje. Essa disputa mudou, de certa forma, a conjuntura do terreno disputado quando as comunidades foram reconhecidas junto à Fundação Palmares e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), porém as famílias não possuem o título da terra em virtude de as áreas também serem reconhecidas como unidades de conservação de proteção integral e por estarem registradas como propriedades privadas, não de familiares dos quilombolas. A luta por terra dessas comunidades tradicionais é uma reivindicação por território, e deve haver um reconhecimento do Estado acerca da importância de se garantir a autonomia desses jalapoeiros como forma de colocá-los na discussão ambiental que envolve o desenvolvimento ecológico da região.

Lifschitz (2011, p. 13) postula que as comunidades tradicionais vêm sendo um âmbito privilegiado de políticas públicas e de instituições e agências privadas (agências culturais, ONGs, turismo cultural, dentre outras), e que estas imprimiram mudanças na dinâmica comunitária, o que pode ser constatado na região do Jalapão. Para esse autor, o fenômeno das neocomunidades é uma forma de realizar aspectos relacionados à tradição, mas por meio da modernidade. Ou seja, sujeitos que deixam de viver sua ancestralidade e que, embora se interessem também pela cultura material, estão mais interessados no que se produz na própria comunidade, isto é, o território, os saberes e as práticas (Pizzio & Cleton, 2016). O que se percebe, principalmente no caso das comunidades quilombolas do Jalapão, é que elas conseguem manter as atividades produtivas

e o manejo do sistema agrícola tradicional de maneira resiliente frente às adversidades provocadas pelas perturbações no SES do Jalapão, apontando que a resiliência da comunidade é uma alternativa para que um sistema busque alternativas para lidar com as incertezas e mudanças futuras (Berkes & Ross, 2013).

A área escolhida para a pesquisa, o Jalapão, tem sido uma região marcada por uma grande sucessão de projetos de desenvolvimento e por uma população que tem sido beneficiária de inúmeras políticas públicas. A região é caracterizada pelo seu elevado número de unidades de conservação e pelo seu potencial turístico, que tem alterado em muito a dinâmica socioeconômica local e, ainda, por grandes áreas do agronegócio destinadas ao plantio de soja.

Embora tenha enfrentado contínuas mudanças e incertezas no seu ambiente natural, pouca atenção tem sido dada à interpretação do sistema socioecológico que abrange todo esse ecossistema ambiental de exploração agrícola e potencial turístico. No entanto, com as transformações ocorridas ao longo da trajetória do desenvolvimento e da criação de uma região predominantemente ecológica, essa relação de vínculo da comunidade local com a terra ganhou outras funções de controle e uso, tanto pela inserção de práticas não agrícolas e pluriativas como pelos contornos gerados pela criação das unidades de conservação e pela exploração do *agrobusiness*. Este artigo tem por objetivo compreender essas transformações ocorridas na comunidade local e como esta se manteve para adaptar-se diante das adversidades que impactaram seus recursos comunitários e seu modo de vida no sistema socioecológico do Jalapão.

2. Metodologia

Esta pesquisa tem seus pressupostos nas Ciências Sociais Aplicadas e adota uma postura epistemológica e metodológica que abrange múltiplas ferramentas para obtenção dos dados, tanto de natureza quantitativa como de natureza qualitativa, a fim de aproveitar a melhor forma para compreensão do que foi levantado em campo.

Foram adotadas três estratégias metodológicas para o tratamento dos dados que compõe este estudo: a análise bibliográfica, a documental e a pesquisa de campo. A primeira estratégia envolveu o levantamento das referências utilizadas no texto. A segunda estratégia foi a pesquisa documental, em que se buscou enxergar nos documentos uma fonte de informação para interpretar uma realidade local e reconstruí-la sob a percepção de quem a pesquisa. E a terceira foi a coleta de dados por meio do trabalho de campo. Nessa última estratégia, a entrevista foi um procedimento utilizado, que seguiu um roteiro preestabelecido, mas flexível, sem obedecer necessariamente à ordem das questões e podendo, a cargo do entrevistado, acrescentar novos questionamentos conforme as falas iam surgindo. O roteiro foi elaborado com questões que possibilitavam dialogar com as categorias analíticas desencadeadas para o estudo.

A técnica utilizada para chegar aos possíveis atores estratégicos que foram entrevistados e obter as informações sobre o Jalapão foi a *snowball*. Trata-se de uma amostra não probabilística em que os participantes investigados indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que haja um fechamento amostral por saturação (Fontanella *et al.*, 2008; Baldin & Munhoz, 2011). O contato com a comunidade iniciou com um pré-campo realizado

durante o mês de fevereiro de 2018 para identificar quais seriam os principais interlocutores para a pesquisa. Nesse primeiro contato, foram estabelecidos alguns atores locais que seriam importantes para o estudo, que chamamos de atores estratégicos. A partir desses sujeitos identificados é que novos atores iam sendo indicados. É importante destacar que os atores estratégicos que foram mapeados para iniciar o processo exerciam alguma liderança no local estudado, conheciam a realidade pesquisada

e, ainda, atuavam no setor público ou no privado.

Alguns aspectos foram privilegiados nesse diálogo estabelecido com os interlocutores: o sujeito deveria residir no município e estar envolvido na dinâmica econômica local. Também foram considerados aspectos de gênero e categorias geracionais e que as indicações deveriam ser nomeadas entre atores da sociedade civil (SC), atores do poder público (PP) e atores envolvidos no mercado local (ME).

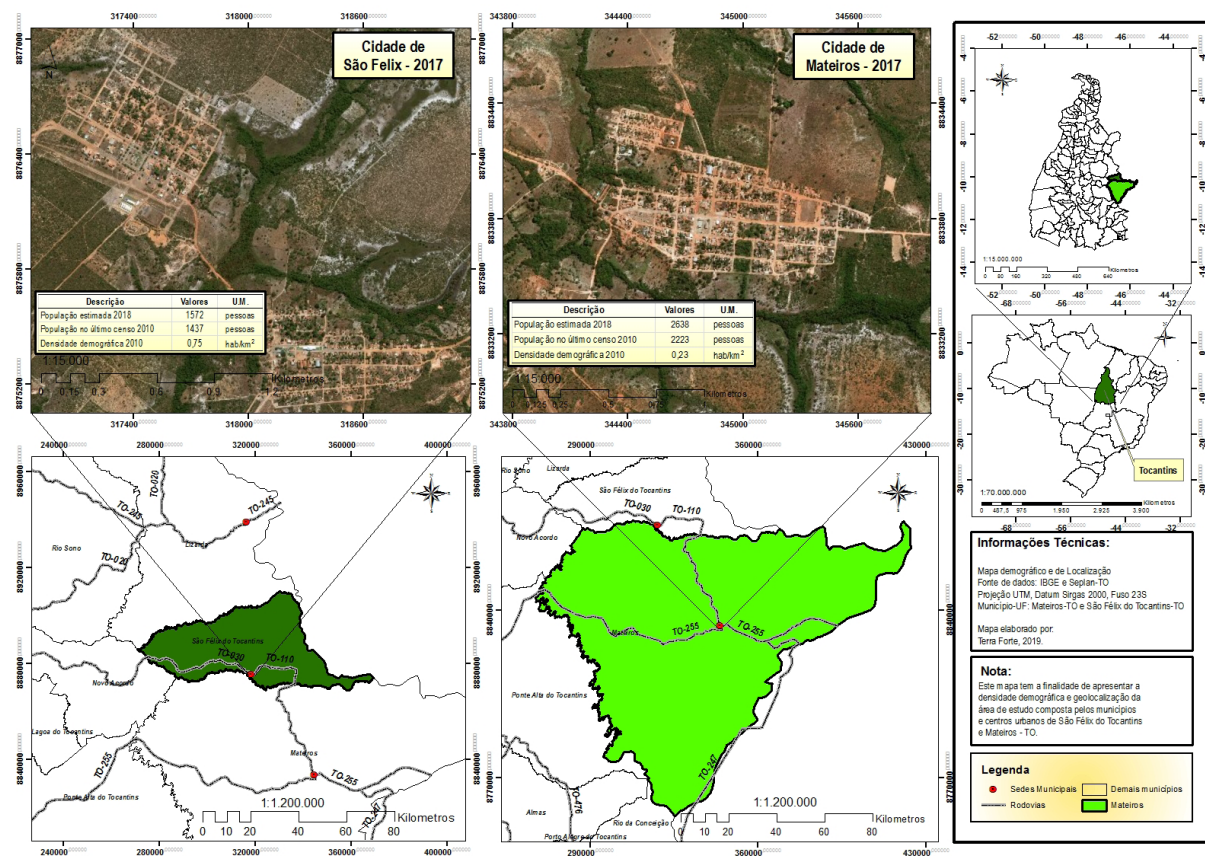


FIGURA 2 – Localização da área de estudo.

FONTE: Milagres (2020).

O ponto de saturação foi compreendido quando o pesquisador percebeu que os entrevistados apresentavam uma certa redundância ou repetiam conteúdos já levantados e obtidos em entrevistas anteriores, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados.

Foram sete idas a campo entre os meses de fevereiro a dezembro de 2018, totalizando 23 dias no Jalapão, tendo entrevistado 37 pessoas, sendo 23 homens e 14 mulheres, ambos com faixa etária variando entre 15 e 66 anos. Com base nos perfis dos entrevistados, pode-se afirmar que 46% eram da sociedade civil, 32% do mercado e 22% do poder público, sendo a maioria dos entrevistados na faixa etária entre 30 e 59 anos, o que equivale a cerca de 57% do total.

As entrevistas foram gravadas por meio de um gravador portátil e, a partir da audição, transcrição e codificação dos trechos, os dados foram organizados para uma análise de conteúdo, em que a ênfase esteve na descrição em compreender e explicar os fatos. Esta organização e análise de dados seguiu a prescrição de Bardin (2011), que aponta as seguintes fases para sua condução:

- 1) organização da análise;
- 2) codificação;
- 3) categorização; e
- 4) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos resultados.

O estudo abrangeu os atores locais da região conhecida como “Alto Jalapão”, onde se situam os municípios de São Félix do Tocantins e Mateiros (Figura 2), ambos na região leste do Estado do Tocantins.

O município de São Félix do Tocantins possui uma população estimada de 1.572 habitantes, numa densidade demográfica de aproximadamente 0,75 hab./km². Já Mateiros é o segundo maior município em extensão no Tocantins, com uma área de 9.591,543 km² e uma população total estimada de 2.638 habitantes, numa densidade demográfica de cerca de 0,23 hab./km² (IBGE, 2019). A Tabela 1 apresenta dados gerais acerca dos municípios onde foi realizado o estudo.

TABELA 1 – Dados gerais dos municípios de Mateiros e São Félix do Tocantins.

Município	Pop. Total (2010)	Área Territorial (km ²)	Pop. Urbana	Pop. Rural	IDH 2000	IDH 2010	PIB 2012	PIB 2017
Mateiros	2.223	9.681,46	1417	806	0,281	0,607	34.478,89	48.252,43
São Félix	1.437	1.908,68	931	506	0,419	0,574	8.644,84	11.715,31
Estado do Tocantins	1.383.445	277.720,569	1.090.106	293.339	0,52	0,69	14.590*	21.998*

*Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$).

FONTE: Elaborado pelos autores. Dados do Caderno Territorial Jalapão/TO, MDA (2015) e Atlas (2010).

3. Resultados e discussão

3.1. A resiliência comunitária no Jalapão

O Jalapão é um exemplo de sistema complexo e dinâmico que o caracteriza como socioecológico (Ostrom, 2009), com perturbações intensas e contrapostas no que se refere às vulnerabilidades que o cercam (Adger, 2000). Ainda que as pressões sobre o modo de vida do jalapoeiro sejam intensas, a identificação com o lugar permanece. O jalapoeiro, que por muito tempo foi visto como um indivíduo pobre, ganhou notoriedade e visibilidade, ainda que haja no seu território pobreza e uma alta vulnerabilidade social. Na visão de um dos entrevistados, sobre seu modo de vida ele destaca que

Nasci e criei-me dentro da minha propriedade [...] na minha criação aqui eu nem conhecia carro. Eu fui conhecer carro eu já era rapaz. Entonce assim, avião a gente via passar por cima. Aí, muitas, todas as famílias dependia da roça. Tinha que ser criado na roça. Essa questão da roça, de fogo, que prejudica o meio ambiente, isso já diminuiu muito, porque veio o capim dourado, foi o portal do Jalapão, foi um símbolo que desenvolveu todas as famílias. Aí dentro disso aí, eu sou extrativista, eu já aprendi muita coisa que ajudou muito minha vida o meu recurso, a minha inteligência, sabe valorizar o que eu tenho na propriedade, qual o recurso que eu tenho, qual a valorização que eu tenho, porque além de ter o fruto do Cerrado e a medicina que aqui é muito grande [...]uma coisa que eu aprendi muito com minha avó, a sobrevivência do Cerrado (Entrevistado SC09).

No entanto, mensurar a resiliência da comunidade é um desafio cercado de limitações, *trade-off* e riscos (Roquetti *et al.*, 2017) que, ao se confrontar dados quantitativos e qualitativos, pode-se encontrar

evidências de alterações sistêmicas que fortalecem ou não a resiliência a ser estudada. A comunidade jalapoeira apresenta traços de resiliência comunitária (Tabela 2) em que o indivíduo jalapoeiro tem buscado se adaptar às transformações ocorridas, ainda que alguns poucos tenham alterado inclusive seu modo de vida frente à exploração turística, todavia nota-se também àqueles jalapoeiros que mantêm sua atividade em sistemas agrícolas tradicionais, ou ainda, exercendo as duas atividades, fortalecendo os argumentos de Folke *et al.* (2010) sobre a capacidade dos usuários de um sistema influenciar a resiliência. Conforme um entrevistado:

Embora a gente não tinha o conhecimento que isso seria importante para outras pessoas, com a divulgação desse potencial que nós temos hoje aqui, que inclusive é o turismo, e o capim dourado, são uma das fontes de renda pra nós (Entrevistado SC08).

Com base no trabalho de campo é que definimos as dimensões observadas como aparecem na Tabela 2.

Ainda que o quadro apresente uma análise pautada nas dimensões da resiliência da comunidade com base nas métricas observadas por Magis (2010), pode-se observar que o turismo foi um dos fatores que contribuíram para a resiliência do jalapoeiro e foi uma possibilidade de diversificar suas atividades socioeconômicas nos momentos de crise. Segundo um entrevistado do poder público,

hoje se você for dar uma analisada nas casas, elas já estão se transformando em pousadas, os quintais estão se transformando em área de camping, então assim, tá despertando o empreendedorismo nas pessoas e elas tão conseguindo, é se desenvolver né e consequentemente desenvolver a região (Entrevistado PP01).

TABELA 2 – Dimensões observadas para o fortalecimento da resiliência comunitária no Jalapão.

DIMENSÕES DA RESILIÊNCIA	MÉTRICAS OBSERVADAS (Magis, 2010)	DIMENSÕES ENCONTRADAS PARA O FORTALECIMENTO OU NÃO DA RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA NO JALAPÃO
Recursos comunitários	(1) As pessoas compreendem as oportunidades e limitações do ambiente natural e no entorno de sua comunidade; (2) Os líderes comunitários estão organizados em rede com recursos externos à comunidade, por exemplo, federais, estaduais, municipais, empresas; e (3) em que medida os membros da comunidade acreditam que a mudança é inevitável e que a comunidade pode se adaptar com sucesso à mudança.	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de pertença e uma relação estabelecida a nível de abordagem territorial; • Criação da Rede Jalapão, uma parceria firmada entre o Naturatins, a ONG Onça D'Água e o Projeto Cerrado-Jalapão. • Criação do Mosaico do Jalapão.
Desenvolvimento de recursos comunitários	(1) Existem novos tipos de oportunidades de negócios e emprego desenvolvidas na comunidade nos últimos dez anos; (2) preparação dos jovens com importantes hábitos de trabalho e tornar-se cidadãos envolvidos (por exemplo, votar; participar de organizações cívicas e sociais; tomar medidas para promover mudanças sociais; defender ideias e preocupações para governo e mídia); e (3) até que ponto as comunidades afetadas pela mudança arriscam manter as coisas iguais ou tentar novas maneiras de fazer as coisas.	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade ecoturística; • Possibilidade dos jalapoeiros pluriativos de alternar suas atividades socioeconômicas nos momentos de crise (agricultura e turismo); • Criação da Associação de Condutores Ambientais do Jalapão – AJACA, em sua maioria formada por jovens jalapoeiros; • Cursos Superiores da UFT e IFTO.
Engajamento dos recursos comunitários	(1) A governança comunitária é eficaz ao lidar com problemas importantes que a comunidade enfrenta; (2) até que ponto as organizações comunitárias contribuem com liderança e voluntários para os esforços da comunidade; e (3) até que ponto as comunidades afetadas pela mudança geram ideias para lidar com as mudanças novas e que envolvem recombinar recursos de maneiras diferentes e criativas.	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes da comunidade jalapoeira estão presentes nos Conselhos e Associações, porém não existe um planejamento ordenado de suas ações. • Dificuldade de lidar com as vulnerabilidades que a comunidade enfrenta se não houver uma parceria com o poder público.
Agentes ativos	(1) A crença dos membros da comunidade em sua capacidade de afetar o bem-estar da comunidade; (2) envolvimento dos membros da comunidade em vários grupos e eventos; e (3) a autoconfiança da comunidade em lidar com os principais problemas e mudanças que afetam a comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> • A comunidade jalapoeira quilombola obteve reconhecimento de sua identidade tradicional e luta pelo título da terra recorrente da demarcação do território já reconhecido; • Envolvimento de representantes dos membros da comunidade jalapoeira nos conselhos consultivos e deliberativos relacionados ao Turismo e ao Meio Ambiente; • Conflitos territoriais (direito de uso e direito de propriedade) dificultando a confiança entre membros da comunidade e poder público.

Ação Coletiva	(1) Os líderes comunitários facilitam a colaboração entre grupos para trabalhar nos objetivos da comunidade; (2) até que ponto os processos de tomada de decisão da comunidade envolvem diversas perspectivas e refletem diferenças culturais; e (3) até que ponto pessoas de diversos grupos compartilham suporte, recursos, conhecimento e experiência quando confrontados com mudanças.	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de estabelecer processos de tomada de decisão que envolvem diferenças culturais (diversidade de atores que afetam e são afetados no sistema socioecológico do Jalapão); • Não há uma boa aproximação de grupos (empresários, fazendeiros, comunidades quilombolas e demais jalapoeiros) em torno de um melhor planejamento para a comunidade jalapoeira de um modo geral; • Existem experiências coletivas como associações que envolvem os jalapoeiros na dinâmica econômica local.
Ação estratégica	(1) Em que medida as informações sobre os recursos da comunidade são usadas no planejamento dos esforços da comunidade; (2) até que ponto os processos de planejamento local geram um compromisso de toda a comunidade com um futuro comum; (3) até que ponto os membros da comunidade procuram externamente a comunidade recursos para apoiar seus esforços; e (4) oportunidades para as pessoas compartilharem lições, perguntas não resolvidas, ideias e inovações de suas experiências.	<ul style="list-style-type: none"> • A Rede Jalapão foi um esforço positivo em agregar a identidade cultural jalapoeira no mercado, favorecendo os recursos da comunidade; • Não há um ordenamento turístico o que dificulta um planejamento da comunidade para o futuro; • Houve projetos de agências internacionais implementados pelo poder público e com participação da comunidade durante a implementação.
Capital Próprio	(1) acesso de vários grupos aos recursos naturais da comunidade; (2) envolvimento de vários grupos no planejamento e liderança da comunidade; e (3) até que ponto as organizações comunitárias recebem e incluem vários grupos.	<ul style="list-style-type: none"> • O conselho consultivo do Mosaico do Jalapão é um ambiente organizacional estratégico que contempla distintos grupos existentes na comunidade e que tem acesso aos recursos naturais, mas não se trata de um conselho deliberativo.
Impacto	(1) as mudanças na participação e colaboração ao longo do tempo; (2) as mudanças no número e variedade de contatos externos ao longo do tempo; (3) mudanças na capacidade da comunidade, ao longo do tempo, de responder às mudanças, desenvolver novos futuros para si e desenvolver e implementar planos centrados na comunidade; e (4) mudanças nos recursos da comunidade ao longo do tempo.	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um projeto de Turismo de base comunitário que foi iniciado numa comunidade quilombola, porém a comunidade carece de recursos para divulgar e, ao mesmo tempo, sensibilizar mais famílias para a prática local; • Falta um ordenamento turístico que possibilite inserir a comunidade e os ativos ambientais explorados; • A comunidade tem participado das reuniões de conselhos e das associações ao longo do tempo.

FONTE: Elaboração própria.

Uma outra entrevistada da sociedade civil reforça a fala do entrevistado do poder público e menciona que transformou sua casa em uma atividade econômica para o turismo. A jalapoeira destaca que já desempenhava a função informal de

cabelereira em seu lar, mas que teve a oportunidade de fazer um curso de Guia e Condutores Ambientais e está se organizando com outros guias locais no fortalecimento do trabalho coletivo por meio da associação

estão tentando se reunir com os condutores justamente pra isso, para esse preparo, para fazer uma organização melhor, pra atender o turista, mas devido a Pousada aqui, e como eu mexo também com cabelo, às vezes não dá tempo eu ir a essas reuniões, né, mas as vezes tem a reunião no CAT [Centro de Apoio ao Turista] me convidam, pra mim poder participar (Entrevistada SC 07).

Outros informantes destacam que a transformação pela implantação das unidades de conservação e, conseqüentemente, do turismo acarretou a participação em instâncias coletivas de tomada de decisão.

Eu faço parte do conselho do mosaico do Jalapão que é dessas unidades conservação. E a gente vê que na verdade são as áreas que estão mais preservada, não é?! Cê olha essas áreas, dessas unidades de conservação do mosaico, inclusive tão essas Comunidades tradicionais (Entrevistado SC 08).

A organização de comunidades quilombolas para o receptivo, a criação de associação de condutores e a instituição dos conselhos consultivos e deliberativos envolvendo a participação pública na temática do turismo e do meio ambiente nada mais é que o capital social se apoiando na resiliência da comunidade (Magis, 2010). Outros fatores que contribuíram para essa resiliência, tão importante para a dinâmica econômica local, foi a chegada das pousadas, dos restaurantes e das empresas de serviços de turismo, também de propriedade dos jalapoeiros e, que, de certa forma, favorecem o desenvolvimento endógeno da região.

Por outro lado, é preciso compreender os distintos olhares e a forma como os jalapoeiros percebem o lugar Jalapão para que alternativas de

desenvolvimento possam inseri-los como o centro da questão, contribuindo para o crescimento do capital humano e do capital social, ampliando as possibilidades de empoderamento da população e facilitando a conquista da boa governança, que são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável (Paula, 2008).

3.2. A capacidade de se adaptar e disputar um lugar em face da (trans)formação de uma região ecológica: mecanismos para fortalecer a resiliência comunitária no Jalapão

O processo de invenção de uma região ecológica como a do Jalapão culminou com a criação das UCs na região nos anos 2000. Nesse momento, muitas das mudanças ocasionadas no modo de vida do jalapoeiro remeteram a novas condições ecológicas do lugar, resultadas da demarcação das áreas de preservação e conservação e, conseqüentemente, das áreas produtivas destinadas ao cultivo agrícola na região. Mais tarde, isto vai-se tornar um polo conflituoso devido não só ao seu elevado interesse ambiental em torno da conservação da biodiversidade do bioma Cerrado, mas também do controle de uso da terra, do aumento na escassez dos recursos hídricos e da exploração turística que, devido à quantidade de ativos explorados nas áreas de conservação, fortaleceu uma rede comercial como restaurantes, pousadas, hotéis, guias e agências turísticas, incorrendo na interação entre unidades do sistema de recursos do Jalapão.

O discurso aludido pelos entrevistados refere à existência de que houve três grandes “choques” como impactos positivos e negativos no modo de

vida da população jalapoeira frente às transformações ocorridas na região:

1) a criação de áreas de conservação e preservação ambiental em meio a conflitos fundiários;

2) a exploração turística e a nova dinâmica econômica local com a chegada de um comércio externo;

3) a introdução do agronegócio. Essas intervenções, parte de um sistema integrado e complexo, alteram a sustentabilidade do Cerrado e a forma como os jalapoeiros se organizam, influenciando a resiliência comunitária ante o sistema socioecológico do Jalapão. Ou seja, esses três conjuntos de perturbações afetam o processo de desenvolvimento regional do Jalapão e a interação entre os indivíduos/instituições e como a resiliência pode ser percebida no resultado dessas interações (Walker *et al.*, 2004; Ostrom, 2009).

No caso do Jalapão, os governos municipal, estadual e federal exercem uma grande influência no cenário em que se apresenta a região do Jalapão como ecológica, principalmente pelo aspecto normativo em que leis foram criadas para regulamentar acessos e controle da biodiversidade no Cerrado jalapoeiro. Nesse mesmo patamar de caráter normativo, surgiram os conselhos consultivos e deliberativos, que consideraram a organização social dos atores locais como uma forma de garantir o caráter participativo nas decisões coletivas sobre a questão socioambiental na região e colocar o jalapoeiro na posição de agente ativo (Magis, 2010).

Por outro lado, a iniciativa privada vem crescendo gradativamente com a exploração turística, determinando inclusive novos papéis para os atores locais jalapoeiros, como o agricultor familiar em-

preendedor, o dono de atrativos turísticos, o proprietário de pousadas e restaurantes, etc. É importante salientar que também foram criadas novas entidades de caráter coletivo, como a Associação de Artesãos do Capim Dourado (que integra a população tradicional no trabalho de cultivo e de produção artesanal com o capim dourado) ou a Associação Jalapoeira de Condutores Ambientais – AJACA (formada por atores locais – guias turísticos – como forma de organizar a atividade socioproductiva no Jalapão). Feitos que vão de encontro aos argumentos de Walker *et al.* (2004), que postulam que o fator associativo deve ser considerado um aspecto da adaptabilidade ao envolver a comunidade na questão dos recursos naturais, ainda que essas organizações coletivas necessitem de um olhar do poder público quanto à valorização desses empreendimentos.

Os modos de vida do jalapoeiro foram por muito tempo marcados por sua relação e identificação direta com a terra, cujo uso tinha como principal função a reprodução social das famílias na região. No entanto, com as transformações ocorridas ao longo da trajetória de desenvolvimento e da criação de uma região predominantemente ecológica, essa relação de vínculo com a terra ganhou outras funções de controle e uso, tanto pela inserção de práticas não agrícolas e pluriativas como pelos contornos gerados pela exploração do *agrobusiness*.

No passado, o povo jalapoeiro era apontado como sofredor, pobre e estigmatizado, “do pé rachado”, que passou dificuldades por viver numa região isolada do Cerrado brasileiro, conhecida por muitas pessoas como “deserto do Jalapão”. Os informantes mencionam

há uns anos atrás ninguém queria ser jalapoeiro, agora todo mundo quer (Entrevistado ME 01).

Jalapão era o lugar mais ruim, mais inferior de todos, porque era mais difícil de acesso. E quando a gente descia daqui pra Novo Acordo, eles criticavam que a gente descia no pé ou nas costas do boi, quando apareceu o carro a gente descia no carro, cheio de gente na carroceria ali ô, aí eles gritavam: Éh lá vem a carrada de Jalapoeiro do pé rachado! (...) porque o Jalapoeiro é o mais burro, mais sem conhecimento, o mais tudo, o mais feio, o mais sem capacidade pra nada. Aí depois que foi desenvolvendo é que todo o mundo hoje quer ser Jalapoeiro (Entrevistada SC 04).

Ainda que esta representação social do jalapoeiro tenha se transformado em virtude da valorização do lugar Jalapão, em detrimento da dinâmica socioeconômica e ambiental por que passou a região, esse jalapoeiro ainda pode ser identificado nas comunidades rurais mais afastadas do centro urbano como o típico jalapoeiro “tradicional”, não estigmatizado como antes, mas é aquele que apresenta as características essenciais que marcaram a sua história de uso e relação com a terra.

Nesse tipo tradicional, o jalapoeiro tem na agricultura sua forma de garantir a subsistência, ainda que seu cultivo provenha de um modelo nômade de plantio pelo Cerrado. Essa característica marca o jalapoeiro tradicional como aquele que desempenha uma economia baseada nos recursos da própria comunidade (Magis, 2010) e na troca com os vizinhos

jalapoeiros. Trata-se de uma economia cuja participação no mercado é mínima, e a venda se dá apenas com os excedentes. Quanto às atividades produtivas, antes da criação das unidades de conservação, prevalecia o sistema agrícola tradicional, isto é, o uso e manejo dos recursos naturais eram controlados pela própria comunidade. Essas áreas destinadas exclusivamente ao cultivo concentravam, em sua maioria, nas “roças de esgoto”², ainda muito comuns e em uso nas comunidades quilombolas da região.

A partir da criação das UCs, o controle sobre a terra gerou conflitos por conta da falta de uma regularização fundiária na região, principalmente nas áreas das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável que se sobrepuseram a outras áreas coletivas demarcadas e reconhecidas, como é o caso das comunidades tradicionais.

Coincidentemente com a chegada da energia elétrica nos anos 2000, os meios de vida e a identidade de sujeito jalapoeiro tradicional ganharam novos contornos e o desenvolvimento de novos recursos comunitários, fator já identificado por Magis (2010) na definição do conceito de resiliência comunitária, principalmente com o incentivo do artesanato do capim dourado e a dinamização turística local. A função da terra passou a ser não apenas a de subsistência, mas tratada como explo-

² A “roça de esgoto” é uma parcela cultivada em ambiente conhecido localmente como brejo, que corresponde às veredas e/ou matas de galeria inundáveis. Após a drenagem do solo por meio da abertura de regos feitos com enxada, a área – que em geral tem menos que 0,5 hectare – é queimada e cultivada durante um tempo variável (de quatro a 20 anos). A fase de cultivo é seguida por um pousio florestal de, no mínimo, cinco anos. Em contraste com as “roças de toco”, as roças de esgoto se mantêm como a base do sistema agrícola local. Suas origens remontam à ocupação indígena da região do Jalapão (Eloy & Lúcio, 2013). O tipo de solo turfoso, rico em matéria orgânica, possibilita um cultivo sem que haja necessidade de adubação. A drenagem por meio da abertura de regos têm também a finalidade favorecer o controle da umidade do solo cultivado. Desta forma, durante a estação chuvosa, os regos ficam desimpedidos, drenando a água da área cultivada; na estação seca, os agricultores “entopem” a porção final dos regos, impedindo que a água seja drenada e, assim, o nível da água sobe e mantém a umidade do solo cultivado. Não obstante, percebe-se, a partir das visitas em campo junto aos entrevistados, que os regos podem também ser usados estrategicamente como irrigadores das roças, uma vez que os agricultores controlam sua vazão de acordo com a demanda dos cultivos (Borges *et al.*, 2016, p. 281).

ração de ativos ambientais, concebendo um novo papel e uma nova imagem ao sujeito jalapoeiro, o do tipo “pluriativo”, que mantém o vínculo com a terra, mas atribui a ela uma questão mercadológica diversificada e não só exclusivamente agrícola, apontando que a resiliência da comunidade é uma alternativa para que um sistema busque alternativas para lidar com as incertezas e mudanças futuras (Berkes & Ross, 2013).

Diferentemente dos inúmeros jalapoeiros tradicionais que mantiveram uma dependência do uso dos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais, existem os jalapoeiros pluriativos que necessitam manter a preservação de uma área tida como isolada e de alto valor ecológico e turístico. O que, sem a existência de um devido ordenamento, expõe o sistema socioecológico ao risco de uma futura degradação ambiental ocasionada pela pressão antrópica resultante das próprias dinâmicas socioeconômicas locais, que aumentam gradativamente a vulnerabilidade do sistema socioecológico. Por outro lado, este caminho de resistência encontrado pelo jalapoeiro também é uma forma de se adaptar e disputar um lugar nas transformações ocorridas no Jalapão, como especificam Armitage *et al.* (2008) acerca das forças contextuais que tornam os atores sociais resilientes aos processos de mudança.

No que se refere ao uso e manejo dos sistemas agrícolas tradicionais, a pesquisa permitiu constatar que as organizações governamentais exercem um papel forte quanto às regras constitucionais, como o controle das áreas de uso comum e a questão do fogo nas unidades de conservação, dado o elemento cultural da história de uso dos jalapoeiros acerca das queimadas. O senso comum trata o fogo como um elemento de destruição, separação, perigo e risco. Entretanto, o seu manejo pode atuar como

ferramenta de gestão territorial por aquele que o produz e controla, seja pela tradicionalidade no uso dos recursos naturais ou, ainda, como forma de exploração produtiva de recursos voltados para o mercado. Como explora Magis (2010), é preciso saber lidar com as regras da mudança e recombina recursos de maneira distinta e criativa para que a comunidade se fortaleça. Nesse cenário, alguns arranjos normativos foram reajustados com a participação da comunidade em relação ao manejo tradicional e ao uso do fogo. Entretanto, ainda que essas regras sejam atributos importantes no sistema socioecológico do Jalapão, uma parte dos entrevistados referem a existência de problemas, como a falta de controle por parte dos órgãos fiscalizadores, que não regulam o acesso às áreas comuns e, assim, possibilitam que pessoas não autorizadas entrem e façam, inclusive, alguma queima criminosa.

eu acho que a maioria das queimadas seja criminosa, fogo controlado ele queima só o pedaço que ele quer queimar, não sai queimando a terra alheia (Entrevistada SC03).

o risco hoje maior que tem aqui dentro de Jalapão é o fogo, que tá acabando aí com as nascentes dos brejos, porque hoje você passa, o córrego que tinha água hoje não tem mais (Entrevistado SC05).

a gente controla o fogo na propriedade de dois em dois anos, nós queima uma parte pra controlar o incêndio que vem criminoso e pra gente manter um gadinho (...) por isso que a gente faz o manejo do fogo controladinho, porque já aconteceu com várias propriedade aqui que entra fogo chega queimá até a casa. Isso pra nós é um risco grande que a gente tem (Entrevistado SC 09).

Outra questão importante a respeito dessas regras instituídas refere-se à destinação e reconhecimento das áreas de uso para o gado e para a extração do capim dourado. O poder público, por meio das instituições ambientais que fiscalizam as áreas de proteção, estabeleceu cadastros e normas que regulamentam quem pode acessar determinadas áreas de uso comum dentro das unidades de proteção integral, quando podem acessar, e para que circunstâncias. Essa regra foi fundamental para o controle na colheita do capim dourado, e isto é um consenso entre comunidade e poder público, porém existem falhas no controle de acesso a essas áreas.

Um informante que atua na extração do capim dourado relata que

A gente tenta controlar [o manejo tradicional do capim dourado] no caso aqui a associação, nós estamos esperando chegar o dia 20 (mas) já tem gente apanhando, quando no dia 20 a gente vai colher o capim: Ah, não tem capim não, fogo queimou, eles apanham e depois queimam, o culpado é o fogo. Não foi o fogo. Culpado é quem colocou o fogo, né? Olha, existe o contrabando de capim! Tem que ter a carteirinha, no caso eu posso ir lá arrancar, ninguém vai me impedir, mais tem aquele outro que vai antes da carteirinha chegar. Ele vai lá, entra... Ele vai lá na terra e apanha, colhe e pronto! E aí ninguém controla, entendeu? A Naturatins tenta né, mais é, são poucas pessoas [referindo ao número de funcionários do órgão ambiental estadual] Não dá conta de tá no pé, de tá ali, por causa que é muita saída... Hoje eu vou fiscalizar aqui, ele tá daqui, aí ele vai porá cá ele já tá em outro canto sabe... Não dá conta de controlar esse pessoal. Muito complicado! (Entrevistada SC03).

As comunidades quilombolas conseguiram demarcar em seus respectivos territórios as áreas destinadas para as roças e o manejo de animais, porém as famílias não possuem licenças para o uso

e reforça uma disputa territorial, principalmente na área do Parque Estadual do Jalapão.

Com o intuito de reforçar o compromisso com o uso sustentado do Cerrado e estimular atividades produtivas na APA Jalapão, foi criado o projeto Rede Jalapão, uma iniciativa de parceria firmada entre o Naturatins (governo estadual), a ONG Onça D'Água (iniciativa privada) e o Projeto Cerrado-Jalapão (governo federal e agência internacional) com a comunidade jalapoeira. Essa rede foi uma forma de oportunizar a melhoria da renda das famílias agroextrativistas jalapoeiras que vivem no entorno e nas áreas das unidades de conservação que, com recursos externos da comunidade e compartilhado entre seus membros por meio de uma ação estratégica (Magis, 2010), estruturou um planejamento local de valorização do ambiente e de geração de recursos financeiros para a comunidade.

O que se nota é que as áreas de conservação deveriam servir como instrumento de desenvolvimento por seu potencial de envolver as comunidades nos mecanismos de gestão dos usos e dos recursos naturais e combinar de forma sistêmica as dimensões econômicas, sociais e ambientais, possibilitando que a exploração dos recursos naturais ocorra de forma articulada no âmbito dos espaços rurais, com vista à melhoria de renda, qualidade de vida e bem-estar das populações locais (Sawyer, 2012). O que, no entanto, para o sistema socioecológico do Jalapão tem se tornado um espaço atravessado por interesses, entraves e desafios para o desenvolvimento regional.

A trajetória histórica da região nos mostra que, do ponto de vista dos atores locais, essas mudanças ocorridas no sistema socioecológico tornou os jalapoeiros tradicionais sujeitos de um espaço em invenção (Albuquerque Junior, 2007), em que a

narrativa cultural está revestida da característica “ecológica” e que a identidade do jalapoeiro é constituída no âmbito do discurso em prol do meio ambiente. Ou seja, o Estado até diz quem são os jalapoeiros, mas vale ressaltar que eles também se autodefinem, e isso precisa ser considerado nos processos de desenvolvimento da comunidade.

Com essa nova dinâmica econômica e ecológica local que se avançou na região, novos atores passaram a se reconhecer e se identificar com o Jalapão. Inopinadamente, esse sentimento de pertencimento amplia geograficamente a região do Jalapão, possibilitando que outros sujeitos se reconheçam como jalapoeiros, não pelo modo de vida em si, mas pelo apelo empresarial encontrado por aqueles sujeitos que viram na exploração turística da região do Jalapão uma forma de estabelecer comércio para os produtos e serviços que caracterizam o modo de vida daquela população rural. Percebe-se, então, a formação de um novo sujeito jalapoeiro, o do tipo “comercial”. Esse sujeito compõe uma rede empresarial de oferta de pacotes turísticos, restaurantes e pousadas. Ele compra terras ou aluga casas na região e estrutura um mercado com signos e representações do meio ambiente, do artesanato, da cultura, mas não necessariamente seu modo de vida se encontra inserido na dinâmica sociocultural.

Além disso, a dinâmica socioeconômica e ecológica tem atraído inúmeros investidores, que veem o modo de vida do jalapoeiro como inspiração para a construção de um cenário atrativo para turistas que querem “sentir” um pouco da vida cotidiana do jalapoeiro, mas tendo um mínimo de conforto no Jalapão. É importante destacar que a expansão de empresas externas que exploram o Jalapão constitui uma oportunidade perdida para o desenvolvimento endógeno da região. Isso porque este

tipo de serviço turístico traz consigo negatividades, como uma possível contaminação, diminuição da segurança, pressão sobre os recursos naturais e, de certa forma, impactam o sistema socioecológico do Jalapão. Cabe ressaltar que uma parte importante dos benefícios econômicos gerados pela atividade saem do território explorado e são, na maioria das vezes, geridas por empresas alheia aos jalapoeiros. Nesse sentido, a atividade turística está em risco de se converter numa atividade meramente extrativa, o que já vem ocorrendo na prática, em que o sistema socioecológico do Jalapão é apenas um suporte para exercer a atividade em que grande parte dos benefícios não são atribuídos aos usuários que estão nele. O comportamento de um sistema socioecológico é determinado por processos que orientam a dinâmica desse sistema e por instituições que regulam sua dinâmica (Du Plessis, 2008) e, por isso, faz-se necessário o fortalecimento da resiliência comunitária.

Assim, pois, ainda que a atividade turística tenha melhorado as condições econômicas do jalapoeiro, devemos chamar a atenção sobre o que o setor de turismo cresceu externamente com as inúmeras empresas que exploram a região ecológica. Esse aumento é preocupante no que toca a sustentabilidade local, uma vez que o “viver o modo jalapoeiro” dura apenas cinco dias (o tempo médio de um roteiro turístico no Jalapão), e os turistas deixam resíduos em todos os locais por onde passam – com a agravante de que nos dois municípios não há uma boa estrutura de saneamento básico³. De acordo com Magis (2010), transições como essa, em que a comunidade não possui uma resposta bem-sucedida ao desenvolvimento de novas trajetórias e futuros para dentro e fora da comunidade, decorrente das mudanças ocasionadas no sistema socioecológico, tendem a afetar uma das dimensões da resiliência

comunitária, que é o impacto.

O Jalapão também chama muita atenção pelo aumento da produtividade das áreas de agricultura devido à expansão da fronteira agrícola na região. O impacto do agronegócio tem gerado amplo debate na população local sobre as medidas de adaptação necessárias para garantir, entre outros aspectos, a viabilidade econômica local e a sustentabilidade dessa agricultura.

Pro Jalapão eu acho que não resolve nada isso aqui, porque assim, o pessoal daqui não trabalha junto com eles, só tá destruindo e indo embora, o dinheiro carrega todo pra fora, então não tem nada a ver com nós aqui não (Entrevistado SC 05).

hoje quem degrada, quem desmata e quem deixa o chão limpo certo, são plantadores de soja certo, é as monoculturas, entendeu? Porque ele pega uma mata, ele derruba ela todinha, ele cata raiz, ele passa quatro vezes a grade, deixa o chão limpo e usa 10 anos e depois vai embora. (Entrevistado SC 06).

E eles vão derrubando tudo e é nas nossas nascentes. E aí eles não conformam com aquela área pequena área pro desenvolvimento e vai desmatando. Acho que tem que controlar, né?! Tem que colocar um limite, né?! Em cima disso aí, que dá pra manter as duas coisas né?! (Entrevistado PP04).

Além disso, o fato de nessa área de fronteira agrícola existir não apenas o campo para a prática agropecuária em grande escala, mas também áreas de uso comum e de conservação da biodiversidade, a figura do homem nesse ambiente exerce um impacto que interfere nas ações de desenvolvimento para a região. Por outro lado, no que se refere à identidade jalapoeira, ela não se faz presente e não é percebida como uma identificação dos proprietários de fazendas de soja, que residem em outras cidades e/ou Estados, possuem seus imóveis na mesma área geográfica do Jalapão, mas não se reconhecem como jalapoeiros. No entanto, todos esses usuários são atores que afetam e são afetados pela criação da região ecológica e compõem o sistema socioecológico do Jalapão.

No caso do Jalapão, os atributos estudados dizem respeito à natureza dos relacionamentos entre as unidades de conservação criadas, às propriedades dinâmicas da sustentabilidade e da interferência na questão econômica local desses relacionamentos e como eles influenciam as principais variáveis no âmbito ambiental e comunitário do sistema socioecológico.

O que se pode notar é que a situação dos jalapoeiros e, conseqüentemente, seu modo de vida na região, começou a ser mudado a partir da criação das unidades de conservação. A pressão ocasionada pelo mercado, tanto da atividade turística como do agronegócio, também se fez mais aguda com a criação

³ Só para ilustrar sobre o que implica o incremento da atividade turística apontar que segundo reportagem do portal de notícias do governo do Tocantins, em 2018 houve um aumento de 34% nas visitas turísticas e os atrativos do parque e as dunas receberam uma média de 20 mil visitantes, cerca de 5 mil a mais que no ano anterior. Vale ressaltar que o número de visitantes no mês de julho em Mateiros, local onde situam-se as dunas e os atrativos do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), foi de 42,69% a mais que a população total do município (Portal TO, 2019). O portal do Naturatins informa que o balanço de visitas realizadas pela instituição no ano de 2018 totalizou 32.246 pessoas que visitaram as dunas, um dos principais atrativos turísticos do Tocantins, sendo 12 mil pessoas a mais que o ano de 2017 (NATURATINS, 2019). Quanto ao ano de 2019, o G1 informou que o PEJ terminou o ano com um total de 39.466 visitantes (g1, 2019).

dessas unidades, principalmente na relação com o poder público, que manteve a posição do jalapoeiro à margem de todo esse processo de desenvolvimento. Com o passar dos anos, a normatização do uso e manejo dos recursos naturais produziu novas práticas adotadas por jalapoeiros na região ligadas ao turismo, como o surgimento de restaurantes e pousadas, entre outros serviços para os turistas. Vale ressaltar que essa dinâmica ocorreu, e ainda ocorre, sem um ordenamento turístico na região.

Em síntese, é possível perceber um conjunto de capacidades adaptativas em torno de uma análise comunitária acerca da resiliência no Jalapão (Norris *et al.*, 2008). Quanto ao desenvolvimento econômico, percebe-se que os recursos da comunidade jalapoeira não obedeceram a um caráter distributivo quanto à equidade, uma vez que a possibilidade de alternar suas atividades socioeconômicas nos momentos de crise entre produção na agricultura e serviços relacionados ao turismo não se apresenta como uma característica que representa todos os membros envolvidos na comunidade. Existem, por exemplo, jalapoeiros pobres e que, devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram, não conseguem fomentar sua resiliência quanto aos acessos aos recursos econômicos e à exploração dos ativos ambientais.

Ainda que se reconheçam experiências de capital social, como a integração de membros da comunidade jalapoeira em torno de formas associativas (D'Araújo, 2003) e no sentido de pertença ao lugar onde vivem, os membros não atuam diretamente na formação de uma agenda e elaboração de projetos cuja participação cidadã seja de fato protagonista (Norris *et al.*, 2008). Muitos dos projetos existentes ocorrem por meio de parceria com o governo federal e estadual, no entanto, a participação

da comunidade se dá nas fases de implementação, e alguns desses projetos deixaram de existir por conta da mudança no âmbito dos governos, o que enfraquece o fortalecimento de parcerias políticas, vínculos organizacionais e apoios sociais (Norris *et al.*, 2008).

Quanto à capacidade de competência comunitária, o que se percebe é que na reflexão crítica acerca dos reais problemas que afetam os atores locais estão relacionadas a falta de acesso a infraestrutura coletiva, tais como postos de saúde, saneamento básico, segurança pública, estradas, além de distribuição de renda e problemas fundiários, que é relegada a um segundo plano. Mas os entrevistados não envolvem diretamente a ação comunitária na resolução dos problemas e de se prosperar em um ambiente caracterizado por mudanças (Norris *et al.*, 2008; Magis, 2010). Contudo nota-se que os jalapoeiros estão integrados em instâncias coletivas, construindo e se engajando ativamente, como ocorre nos conselhos existentes, mas atuando na superfície, isto é: sob um viés condutivista pelas instituições que atuam na região e sem aprofundar na resolução das causas reais, com reflexão crítica e que busque um empoderamento da comunidade.

Sobre a questão da informação e comunicação, Norris *et al.* (2008) atribuem essa capacidade adaptativa aos serviços que a comunidade dispõe acerca da existência de uma mídia responsável e de narrativas que vão de encontro ao papel do gerenciamento de riscos (Renn & Klinke, 2015). No Jalapão, a comunidade percebe os riscos, entretanto, não foi percebido uma comunicação que envolva informações coletadas sobre esses riscos e um sistema robusto de governança de como mitigá-los em cenários futuros.

Nesse contexto das transformações que ocorreram no Jalapão e a partir do fortalecimento da resiliência da comunidade, bem como do envolvimento do jalapoeiro nessa dinâmica socioeconômica local, fortalecendo sua capacidade adaptativa e conservando seu modo de vida em relação as atividades tradicionais e pluriativas é que será possível gerir as mudanças constantes que dinamizam ou bloqueiam a trajetória que tem transformado o desenvolvimento da região de forma sustentável.

4. Conclusões

A pesquisa permite avançar na compreensão da relação homem e ambiente e da resiliência comunitária presente no modo de vida do jalapoeiro. Relacionar esse modo de vida com um ambiente em constante transformação, ainda que num contexto em que o foco das políticas governamentais executadas tenha gerado perturbações ao sistema socioecológico do Jalapão. Especialmente quando o impulso dado sobre as questões ecológicas e econômicas não se preocupou em compreender as características sociais locais e em identificar estratégias que de fato fossem sustentáveis para os distintos atores locais. O que se percebeu nas políticas implementadas foi que a adoção de um modelo criado de cima para baixo, mesmo tendo buscado a participação dos jalapoeiros, fez com que esses atores se sentissem apartados das tomadas de decisão.

Além disso, as dimensões da resiliência comunitária são importantes para promover o desenvolvimento regional e, portanto, podem contribuir na formulação de políticas que fortaleçam ainda mais esse mecanismo da resiliência. O foco na comunidade inclui estratégias que ajudariam a desenvolver

processos que possam reconhecer as adversidades que coloquem o sistema socioecológico do Jalapão em risco.

As transformações que ocorreram ao longo dos anos na região ecológica do Jalapão e a capacidade adaptativa dos jalapoeiros frente aos três grandes choques – a criação das unidades de conservação, o turismo e o agronegócio – demonstram que a identidade do jalapoeiro pode ser entendida como uma metáfora para a resistência das pessoas que vivem num território que passou por inúmeras transformações sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Em suma, percebeu-se que os meios tradicionais de vida do jalapoeiro se mantiveram como um atributo resiliente ao contexto socioecológico do Jalapão e que novas estratégias também tiveram que ser adotadas frente aos distúrbios que ocorreram na região. A própria dinâmica econômica local tornou o jalapoeiro pluriativo, fortalecendo também a capacidade de um sistema influenciar a resiliência comunitária. No entanto, quando consideramos os modos de vida como um atributo no sistema socioecológico do Jalapão, percebe-se que este é um elemento importante para a manutenção da resiliência da comunidade no sistema, porém tem se preocupado mais com a dinâmica ambiental.

Com o propósito de fortalecer a resiliência da comunidade e o envolvimento do jalapoeiro nessa dinâmica de transformação, acredita-se que seja possível transformar o desenvolvimento regional de forma sustentável, fazendo com que o jalapoeiro deixe a margem em que sempre esteve e passe a ser o protagonista das ações. Para esse protagonismo, são essenciais o incentivo à aprendizagem coletiva, a educação inclusiva e as distintas formas de intervenção social nesse cenário em que o desenvolvimento esteja pautado, levando em conta os distintos

usuários que estão nesse sistema. Portanto, o estudo da resiliência comunitária representa uma forma de identificar as forças e potencialidades para o sistema socioecológico e, por conseguinte, de encontrar mecanismos para a superação das dificuldades e ajustes às transformações pertinentes ao contexto do Jalapão, o que torna necessário a elaboração de um processo interpretativo acerca desse cenário para construir projetos em que os jalapoeiros sejam protagonistas.

Referências

- Abson, D. J.; Von Wehrden, H.; Baumgärtner, S.; Fischer, J.; Hanspach, J.; Härdtle, W.; Heinrichs, H.; Klein, A. M.; Lang, D. J.; Martens, P.; Walmsley, D. Ecosystem services as a boundary object for sustainability. *Ecological Economics*, 103, 29-37, 2014.
- Adger, N. Social and ecological resilience: are they related? *Progress in Human Geography*, 24(3), 347-364, 2000.
- Albuquerque Júnior, D. M. de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.
- Armitage, D. Governance and the commons in a multi-level world. *International Journal of the Commons*, 2(1), 7-32, 2008.
- Atlas – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. *IDH 2010*, 2010. Brasília: PNUD Brasil. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: jan. 2019.
- Baldin, N.; Munhoz, E. M. B. Snowball (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: *X Congresso Nacional de Educação*. PUC, Paraná, 07 de nov., 2011.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Berkes, F.; Folke, C. (Orgs.) *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Berkes, F.; Ross, H. Community resilience: Toward an integrated approach. *Society & Natural Resources*, 26, 5-20, 2013.
- Berkes, F. Environmental Governance for the Anthropocene? Social-Ecological Systems, Resilience, and Collaborative Learning. *Sustainability*, 9(1.232), 1-12, 2017. doi:10.3390/su9071232
- Biggs, R.; Schlüter, M.; Schoon, M. L. *Principles for building resilience: sustaining ecosystem services in Social Ecological Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- Borges, S. L. et al. Manejo do fogo em veredas: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, 19(3), 269-294, 2016. doi:10.1590/1809-4422ASOC20150020R1V1932016
- Capra, F. *The Web of Life: A New Scientific Understanding of Living Systems*. [S.I]: Anchor Books, 1996.
- Christofoletti, A. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Editora Blucher, 1999.
- Cutter, S. L.; Berry, L. B.; Burton, M.; Evans, C.; Tate, E.; Webb, J. A Place-Based Model for Understanding Community Resilience to Natural Disasters. *Global Environmental Change*, 18, 598-606, 2008.
- D'Araújo, M. C. *Capital Social*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- Du Plessis, C. A conceptual framework for understanding social-ecological systems. In: *Burns, M.; Weaver, A. (Org.) Exploring Sustainability Science: A Southern African perspective*, Stellenbosch: Sun Press, p. 59-90, 2008.
- Eloy, L.; Lúcio, S. L. B. *Caracterização agrônômica e socioeconômica das roças de toco e de esgoto na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins*. Brasília: GIZ/ICM-Bio, 2013.
- Exterkoter, R. K. *Resiliência e desenvolvimento regional: o papel da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, 2016.
- Farrall, M. H. O conceito de resiliência no contexto dos sistemas socio-ecológicos. *Ecologi@*, 6(1), 50-61, 2012.

- Fischer, J.; Gardner, T. A.; Bennett, E. M.; Balvanera, P.; Biggs, R.; Carpenter, S.; Daw, T.; Folke, C.; Hill, R.; Hughes, T. P.; Luthe, T.; Maass, M.; Meacham, M.; Norstrom, A. V.; Peterson, G.; Queiroz, C.; Seppelt, R.; Spierenburg, M.; Tenhunen, J. Advancing sustainability through mainstreaming a social ecological systems perspective. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 14, 144-149, 2015.
- Folke, C.; Carpenter, S. R.; Walker, Brian; Scheffer, M.; Chapin, T.; Rockstrom, J. Resilience thinking: integrating resilience, adaptability, and transformability. *Ecology and Society*, 15(4), 1-9, 2010.
- Fontanella, B. J. B.; Ricas, J.; Turato, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Caderno Saúde Pública* [online], 24(1), 17-27. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2008000100003&lng=en&nrm=iso
- G1. *Visitação às dunas do Jalapão volta a ser liberada durante o período da manhã*; veja horários. Disponível em <g1.globo.com>. Acesso em: Jul. 2019.
- Gibson, R. B. Sustainability assessment: basic components of a practical approach. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 24(3), 170-182, 2006.
- Heijman, W.; Hagelaar, G.; Heide, M. V. D. Rural Resilience as a new development concept. In: *100 Seminar of the EAAE*. Development of agriculture and rural areas in central and eastern Europe. Novi Sad, Serbia, 21-23 de jun., 2007.
- Holling, C. S. Resilience and the stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 4(1) 1-23. 1973.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2019.
- Lifschitz, J. A. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.
- Liu, J. *et al.* Complexity of coupled human and natural systems. *Science*, 317(5844), 1513-1516, 2007.
- Magis, K. Community Resilience: An Indicator of Social Sustainability. *Society & Natural Resources*, 23(5), 401-416, 2010.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Caderno Territorial do Jalapão*, Perfil Territorial, 2015. Disponível em: <sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_107_Jalap%C3%83%C2%A3o%20-%20TO.pdf>. Acesso em: fev. 2016.
- Milagres, C. S. F. *O Sistema Socioecológico do Jalapão e os Dilemas para o Desenvolvimento Regional: Transformações, Capacidade Adaptativa E Resiliência Comunitária*, Tocantins, Brasil. Palmas, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – UFT, 2020.
- Miranda, R. *et al.* Sistema socioecológico e ambientalismo no contexto empresarial. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, 7(2), 188-205, 2017.
- NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins. *Notícias*. Disponível em: <www.naturatins.to.gov.br>. Acesso em: jul. 2019
- Norris, F. H.; Stevens, S. P.; Pfefferbaum, B.; Wyche, K. F.; Pfefferbaum, R. L. Community Resilience as a Metaphor, Theory, Set of Capacities, and Strategy for Disaster Readiness. *American Journal of Community Psychology*, 41 (1-2), p. 127-150, 2008.
- Ostrom, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, 325(5939), 419-422, 2009. doi:10.1126/science.1172133
- Partelow, S. A review of the social-ecological systems framework: applications, methods, modifications, and challenges. *Ecology and Society*, 4(23), 1-26. 2018. doi:10.5751/ES-10594-230436
- Paula, Juarez de. *Desenvolvimento local: como fazer?* Brasília: Sebrae, 2008.
- Pizzio, A.; Cleto, E. A. T. Resiliência e reconhecimento em neocomunidades: o caso da comunidade quilombola morro de São João (TO). *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 13(3), 01-22, set. 2016. doi: 10.5007/1807-1384.2016v13n3p1.
- Portal TO - Governo do Tocantins. *Últimas notícias: Parque Estadual do Jalapão completa 17 anos com grande apelo turístico e para o audiovisual*. Disponível em: <www.portal.to.gov.br> . Acesso em: jul. 2019.

-
- Raworth, K. *A safe and just space for humanity: can we live within the doughnut?* Oxfam discussion paper, Oxfam, London, UK, 2012.
- Renn, Ortwin; Klinke, Andreas. Risk Governance and Resilience: New Approaches to Cope With Uncertainty And Ambiguity. In: Fra Paleo, U. (Org.). *Risk governance: the articulation of hazard, politics and ecology*. Springer Dordrecht Heidelberg, New York, London, p. 19-42, 2015.
- Resilience Alliance. *About*. Disponível em: <www.resalliance.org/about>. Acesso em: jan. 2019.
- Roquetti, D. R.; Moretto, E. M.; Pulice, S. M. P. Deslocamento populacional forçado por grandes barragens e resiliência socioecológica: o caso da usina hidrelétrica de Barra Grande no sul do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, XX(3), 117-138, 2017.
- Sawyer, D. Dramas of the Commons in Brazil. *Sustentabilidade em Debate*, 3(2), 257-274, 2012.
- Souza, C. M., Ramalho, Â. M., Souza, J. B.; Sanches, A. P. Cenários de risco sob a perspectiva da ecossocioeconomia: educação e participação cidadã. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 11(4), 1593-1608, 2018.
- Walker, B. *et al.* Resilience, Adaptability and Transformability in Social-ecological Systems. *Ecology and Society*, 9(2), 1-9, 2004.
- Walker, B.; Salt, D. *Resilience Thinking: sustaining ecosystems and people in a changing world*. 1st. ed. Washington: Island Press, 2006.